

*José Luís Fiori*²

*De nada serve partir das coisas boas de sempre,
mas sim das coisas novas e ruins
(Bertold Brecht).*

Neste início do século XXI uma sucessão de vitórias eleitorais coloca a esquerda latino-americana frente ao desafio de governar democraticamente, como fizeram os europeus, sobretudo na segunda metade do século XX. Contudo, é inegável que a esquerda europeia vive neste momento uma importante crise de identidade, após sucessivas derrotas eleitorais e o surgimento de divisões internas cada vez mais profundas.

Apesar disto, a experiência europeia continua sendo uma referência decisiva para repensar o que seja uma “gestão socialista” de uma sociedade nacional e de um capitalismo periférico que vivem à sombra do poder americano. Entretanto, para desbloquear seus caminhos, a esquerda precisa recolocar no centro de sua agenda o problema histórico e teórico das relações entre os processos de globalização do poder e do capital, bem como as lutas políticas dos povos e o crescimento desigual da riqueza das nações.

1 O MAPA CONJUNTURAL DA ESQUERDA

Neste início do século XXI está acontecendo algo inédito na América Latina, um continente que se move de forma sempre sincrônica, apesar de sua enorme heterogeneidade interna. Basta olhar retrospectivamente este processo para perceber as notáveis convergências históricas havidas, por exemplo, durante suas “guerras de formação”, na primeira metade do século XIX; no momento de sua integração “primário-exportadora” à economia industrial europeia, depois de 1870; ou, ainda, no momento de sua reação defensiva e “desenvolvimentista” frente à crise mundial da década de 1930.

Esta “convergência” cresceu de forma acentuada após a Segunda Guerra Mundial, devido às estratégias traçadas pela política externa americana no sentido de travar combate sistemático a todos os partidos e governos com qualquer tipo de inclinação à esquerda.

Ainda nos anos 1940, logo após o início da Guerra Fria, a maioria dos países do continente colocou simultaneamente na ilegalidade os seus Partidos Comunistas, ressaltando-se que, em alguns casos, a perseguição aos comunistas tenha chegado ao extremo que se presenciou no Chile, que os prendeu e confinou em campos de concentração, nas regiões mais frias e desérticas do país.

¹ Este artigo foi escrito originariamente para a revista alemã, *International Journal of Action Research*, 2006.

² Professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na década de 1950, esta mesma “convergência latino-americana” reapareceu na derrubada simultânea de vários governos eleitos democraticamente, como no caso da Guatemala, do Brasil, da Argentina e da Colômbia. Embora com a ressalva de que, no caso da Guatemala, houve uma intervenção americana direta e a repressão e o assassinato de mais de 200 mil pessoas, muito mais do que na Colômbia do ditador Perez Jimenez, na Nicarágua e em Cuba dos ditadores Anastázio Somoza e Fulgêncio Batista, apoiados igualmente pelos Estados Unidos.

Logo em seguida, nas décadas de 1960 e 1970, esta velha sintonia continental aumentou ainda mais depois da frustrada invasão de Cuba, em 1961, seguida de uma série de golpes militares que instalaram regimes ditatoriais em quase todo o continente. Apesar de que nem todas as ditaduras tenham tido o mesmo nível de violência que teve, por exemplo, a chilena, onde se estima que tenham morrido mais de 20 mil pessoas, e a da Argentina, onde foram assassinados ou “desapareceram” cerca de 35 mil pessoas.

Na década seguinte, de 1980, o processo simultâneo de redemocratização do continente ocorreu no mesmo momento em que a violência da chamada “Segunda Guerra Fria” (1982-1985), do presidente Ronald Reagan, atingiu como um tufão a América Central e o Caribe. Mesmo que não tenha atingido a todos com a mesma intensidade que El Salvador, onde foram mortos ou assassinados, em poucos anos, mais de 75.000 salvadorenhos.

Com o fim da Guerra Fria, na década de 1990, a “indução” americana e a convergência dos povos “latinos” deslocaram-se para o campo das políticas econômicas. Como parte da renegociação de suas dívidas externas, quase todos os governos da região adotaram um programa comum de políticas e reformas liberais que abriu, desregulou e privatizou suas economias nacionais, “clonificando” os governos neoliberais de Carlos Salinas, no México, Andrés Perez, na Venezuela, Carlos Menem, na Argentina, Fernando Henrique Cardoso, no Brasil e de Alberto Fujimori, no Peru, para falar dos governos mais representativos submetidos a este processo.

Com o passar do tempo, entretanto, o novo modelo econômico instalado pelas políticas liberais não cumpriu sua promessa de crescimento econômico sustentado e de diminuição das desigualdades sociais. Na virada do novo milênio, a frustração destas expectativas contribuiu, decisivamente, para a nova inflexão sincrônica do continente e que está em pleno curso: uma virada democrática e à esquerda, dos governos de quase todos os países da América do Sul, e talvez, em breve, do México.

A eleição para presidente do líder indígena e socialista Evo Morales, na Bolívia, no final de 2005, e da militante socialista Michele Bachelet, no Chile, no início de 2006, foram apenas dois pontos de uma trajetória vitoriosa que começou no Brasil em 2002 e que foi tomando, como uma onda, a Argentina, a Venezuela e o Uruguai, podendo chegar ao Peru, ao Equador e ao México ainda em 2006. Uma verdadeira revolução político-eleitoral, sem precedentes na história latino-americana, e que coloca a esquerda frente ao desafio de governar democraticamente, convivendo – em geral – com a má vontade dos “mercados” e a hostilidade permanente da grande imprensa. Um desafio que foi vivido pela esquerda européia no século XX, como já foi assinalado, mas só experimentado tangencialmente pela esquerda latino-americana.

O grande paradoxo é que estas vitórias e novos desafios latino-americanos surgem justamente no momento em que as esquerdas europeias vêm sofrendo sucessivos revezes eleitorais e divisões políticas internas.

As derrotas começaram na Itália e na França, em 2001 e 2002, e se repetiram na Alemanha e Portugal, em 2005 e 2006. Mas a divisão e perda de rumo ficaram evidentes no *Referendo sobre a Constituição Europeia*, rejeitado pelos franceses e holandeses em 2005, e no caso da revolta dos jovens da periferia das grandes cidades francesas, no final do mesmo ano. Para não falar da decisão da social-democracia alemã de participar de um governo de coalizão com seus adversários históricos da União Democrata Cristã e da União Social Cristã.

É verdade também que, neste mesmo período, os socialistas espanhóis venceram as eleições gerais de 2004. Mas esta vitória ocorreu com a ajuda indiscutível de uma tragédia “externa” que reverteu, até a véspera das eleições, as expectativas eleitorais favoráveis aos conservadores. Assim como também é verdade que os ingleses reelegeram o primeiro-ministro trabalhista, Tony Blair, em março de 2005. Contudo, seu governo e seu partido têm se mostrado cada vez mais frágeis e divididos sobre todos os temas da agenda política britânica e europeia.

Entretanto, mais a leste, um olhar para a Europa Central revela que os resultados eleitorais e as tendências da opinião pública têm se mostrado igualmente negativos para as forças de esquerda. Na Polônia, a aliança Social-Democrata, que teve 41% dos votos nas eleições de 2001, acaba de ser derrotada por uma coalizão de extrema-direita. Na República Tcheca houve três mudanças de primeiro-ministro desde a sua entrada na União Europeia (UE), entretanto seu governo está cada vez mais dividido e os social-democratas, que tiveram 2/3 dos eleitores, estão com apenas 11% dos votos prováveis. O mesmo vem acontecendo na Hungria e começa a se anunciar em outros países da região.

Neste contexto, os latino-americanos se vêm obrigados a discutir seus novos caminhos numa conjuntura histórica em que a esquerda europeia parece ter perdido o seu rumo, ao vivenciar uma profunda crise de identidade.

Ninguém duvida que o “mundo das idéias” de esquerda tem estado na defensiva não existindo neste momento, em lugar algum, novas “sínteses teóricas”, “utopias empacotadas”, ou projetos acabados, como gostariam de ter alguns intelectuais que compartilham com este pensamento. Talvez por isto, na América Latina, quem está agora abrindo ou tentando abrir novos caminhos são personagens que não pertencem às elites intelectualizadas e que tampouco estão familiarizados com os debates intelectuais clássicos da esquerda socialista ou marxista europeia. Aqueles que criticam hoje no continente as políticas neoliberais e o intervencionismo imperial dos Estados Unidos – pelo menos no plano da retórica – são figuras ligadas ao mundo concreto de governo e da política. São, além disto, os mesmos que defendem valores éticos, sociais e políticos de caráter popular, nacional e igualitário, ao mesmo tempo em que defendem também um projeto político e econômico sul-americanista.

Mas, assim mesmo, a experiência europeia do século XIX e XX permanece como referência decisiva para os que precisam repensar – no início do século XXI – o que seja ou deva ser um governo democrático e de esquerda, ou uma “gestão socialista” do capitalismo, uma vez excluída a

possibilidade de ruptura revolucionária de contratos e instituições? Mais ainda, no contexto de sociedades extremamente desiguais e de economias periféricas, num momento de auge da globalização financeira e de crescimento do poder americano?

2 O DEBATE E A EXPERIÊNCIA GOVERNAMENTAL DA ESQUERDA EUROPÉIA

Sob um aspecto mais propositivo, o ponto de partida da esquerda européia foi, sem dúvida alguma, o debate dos “democratas populares” do exército revolucionário de Oliver Cromwell, de 1648.

De um lado estavam as propostas políticas e jurídicas dos “niveladores”, de John Lilburne e Richard Overton, que estão na origem do “liberalismo revolucionário” e da “democracia radical” dos séculos XVIII e XIX e, do outro, o projeto econômico dos “cavadores”, de Gerrard Westanley, que está na origem de todos os “socialismos utópicos” da história moderna.

Os primeiros, reivindicando reformas que garantissem a igualdade jurídica e política de todos os indivíduos da nação inglesa. E o segundo, propondo um “comunismo agrário” que se transformou no primeiro programa revolucionário de um governo parlamentar e republicano.

Para Gerrard Westanley não era possível conceber a existência de liberdade e igualdade políticas sem que houvesse igualdade econômica, e não haveria igualdade econômica enquanto existisse a propriedade privada. Ele estava falando da propriedade privada da terra e dos seus frutos, e, por isto mesmo, defendia sua coletivização. Ao mesmo tempo Westanley propunha uma tese que ia muito além da questão da terra, e que se transformaria, de fato e a partir de então, na *aporia* fundamental da esquerda e de todo e qualquer socialismo em qualquer tempo ou lugar.

No século seguinte, os franceses Meslier, Mably, Morelly, Marechal e Babeuf repetiram, em distintas claves, os mesmo argumentos e propostas de Gerrard Winstanley: só poderia haver igualdade social com o fim da propriedade privada da terra. Rousseau, entretanto, abriu um novo caminho “programático” ao defender, em seu “Projeto de Constituição para a Córsega”, que o Estado assumisse a propriedade coletiva das terras. Uma sugestão que foi retomada por Marx, no seu programa mínimo de governo no fim do *Manifesto Comunista* de 1848, onde ele propõe a estatização progressiva da propriedade privada e se separa definitivamente dos “socialistas utópicos” que permaneceram fiéis ao “comunismo agrário” de Winstanley.

Os “utópicos” não se colocavam o problema da conquista do poder, porque eles sempre foram favoráveis às experiências econômicas comunitárias, cooperativas ou solidárias, e às experiências políticas locais de democracia direta ou participativa. Por razões distintas, o problema da gestão estatal e socialista do capitalismo tampouco se colocou para as revoluções comunistas do século XX, que coletivizaram a propriedade privada e construíram economias de planejamento central.

A crise recente dessas experiências eliminou-as do debate da esquerda, apesar de que ainda não tenha sido feita uma avaliação rigorosa dos seus resultados. De qualquer maneira, elas ainda não se propuseram nem enfrentaram o problema da “gestão socialista” do capitalismo.

Depois de Marx este tema só foi discutido, efetivamente, pelos partidos socialistas, social-democratas e comunistas europeus que participaram dos governos de “unidade nacional” e de “frentes populares” constituídos durante a Primeira Guerra Mundial e, também, na crise dos anos 1920-1930, antes que se formassem, após a Segunda Guerra Mundial, os primeiros governos de maioria socialista.

Para reconstruir a história deste debate sobre estratégias eleitorais e programas de governo dos partidos de esquerda europeus, o melhor seria separar as experiências de governo dos debates doutrinários.

Foi em 1917, em plena Primeira Guerra Mundial, que os social-democratas participaram pela primeira vez, na Dinamarca, de um governo de coalizão. Depois, durante todo o século XX, a experiência de governo dos partidos de esquerda pode ser aglutinada em três grandes períodos:

- i) de 1917 a 1938, entre as duas Grandes Guerras Mundiais e durante a “era da catástrofe”;
- ii) de 1964 a 1983, em plena Guerra Fria, durante a “era de ouro” do capitalismo;
- iii) e, finalmente, de 1992 a 2005, depois da queda do Muro de Berlim, durante o apogeu da utopia da globalização e das políticas neoliberais.

Além desses períodos, o debate doutrinário e estratégico dos partidos de esquerda europeus também pode ser organizado em três momentos fundamentais, a partir das três grandes “revisões” a que foi submetida a matriz marxista, já transformada então na ideologia oficial do partido social-democrata alemão, o mais forte e bem-sucedido da Europa até o início da Primeira Guerra Mundial.

O primeiro e mais conhecido dos “revisionismos” – liderado por Eduard Bernstein – propôs, em 1894, um primeiro “ajuste” das idéias de Marx às “novas formas” assumidas pelo capitalismo, no final do século XIX, e uma adequação aos objetivos programáticos dos social-democratas às exigências democráticas da competição eleitoral e da luta parlamentar. Segundo Bernstein, o progresso técnico e a internacionalização do capital haviam mudado a natureza da classe operária e do sistema capitalista, cujo desenvolvimento histórico concreto não estaria mais apontando na direção prevista por Marx, da “pauperização crescente” e da “crise final”. Como consequência, Bernstein propunha o abandono do socialismo como objetivo final e a opção por uma transformação permanente e sem fim a partir do próprio capitalismo. O essencial, neste primeiro momento, foi a opção pela via eleitoral, com todas as suas consequências estratégicas e programáticas, como ficou cada vez mais claro ao longo do século XX em geral e, em particular, nos novos “ciclos revisionistas” das décadas de 1950-1960 e de 1980-1990.

Entre as duas grandes Guerras Mundiais, e durante a crise econômica da década de 1930, os partidos social-democratas e socialistas europeus participaram de alguns governos de “união nacional”, na década de 1920, e de “frente popular”, na década de 1930. Sempre em situações de emergência nacional ou internacional e em que os partidos de esquerda tiveram de responder ao desafio imediato e abrir mão dos seus projetos reformistas.

Os grandes problemas colocados pelas guerras e pela crise, e que deveriam ser enfrentados pelos partidos de esquerda, estiveram sempre ligados ao colapso econômico, ao desemprego e à inflação. Contudo, os socialistas, os social-democratas e os comunistas não tinham uma posição formada sobre o assunto e nem sabiam, rigorosamente, o que fazer numa situação que não estava prevista em suas discussões teóricas e doutrinárias. Por isso, acabaram acompanhando, invariavelmente, as idéias, propostas e políticas defendidas pelos conservadores, inclusive suas experiências pioneiras de planejamento de guerra.

Com exceção dos social-democratas suecos, que responderam à crise econômica de 1930 com uma proposta original e ousada de incentivo ao crescimento econômico e pleno emprego, por meio de políticas anticíclicas desenvolvidas por Wicksell e os economistas da Escola de Estocolmo, e implementadas pelo seu ministro da Fazenda, Ernst Wigforss, mediante uma estratégia combinada e simultânea de “acordos sociais” entre empresários e sindicalistas, para o controle da evolução dos preços e dos salários.

Entretanto, este foi um caso raro de sucesso, no meio de um sem número de fracassos dos social-democratas no comando da política econômica da Alemanha, entre 1928 e 1930; da Grã Bretanha, entre 1929 e 1931; da Espanha, entre 1928 e 1930; e da França, entre 1936 e 1937.

As “políticas anticíclicas”, os “pactos sociais” e a experiência do planejamento de guerra foram aproveitadas pelo primeiro governo trabalhista inglês do imediato pós-guerra, entre 1945 e 1950, e pelos vários governos social-democratas dos pequenos países europeus, como Áustria, Bélgica e Holanda, além dos países nórdicos que permaneceram governados pelos social-democratas, depois da Segunda Guerra Mundial.

Além disso, essas idéias e experiências influenciaram decisivamente as duas grandes estratégias e propostas de governo que foram experimentadas pela esquerda após a guerra. A primeira e mais bem sucedida foi a do “Estado de bem-estar social”, adotado por todos os governos social-democratas e trabalhistas entre 1964 e 1983. Combinava políticas econômicas keynesianas pró-crescimento e pleno emprego com uma política fiscal de construção de redes estatais de infra-estrutura e proteção social.

A segunda proposta foi a de “capitalismo de Estado”, adotada pelo Partido Comunista Francês e que teve uma influência difusa sobre a esquerda em vários lugares do mundo. Partia do conceito de “capitalismo organizado” – formulado por Hilferding – e de sua hipótese de que a centralização do capital, que havia se acelerado a partir do final do século XIX, facilitava uma gestão planejada do capitalismo, desde que o Estado contasse com um “núcleo econômico estratégico” de propriedade estatal.

A opção majoritária dos social-democratas europeus pelo projeto do Estado de Bem-Estar Social, ocorreu na década de 1950, ao mesmo tempo em que ocorria uma segunda grande “rodada revisionista” que culminou na realização do Congresso da Social-Democracia Alemã, em Bad Godesberg, em 1959. Foi nesta segunda “revisão” que uma parte significativa da esquerda européia abandonou definitivamente as propostas clássicas – que às vezes ainda reapareciam no plano retórico –

da revolução socialista e da eliminação da propriedade privada e do Estado. O mais importante, entretanto, foi a mudança radical que se completou, naquele momento, dentro do pensamento socialista.

Como sugerido, o pensamento da esquerda moderna começa com uma tese e uma proposta muito claras, ainda que a equação pudesse ser utópica: “liberdade política = igualdade econômica = fim ou diminuição do peso da propriedade privada”. Sob esse aspecto, o que passou de essencial na década de 1950 foi a transformação desta proposta originária numa nova equação que pode ser resumida da seguinte forma: “liberdade política = igualdade social = crescimento econômico = sucesso capitalista”.

Foi neste momento que os socialistas e social-democratas deixaram de esperar ou apostar numa “crise final” do capitalismo e passaram a lutar pelo sucesso do próprio capitalismo, o maior sucesso possível, como forma de criar empregos e de financiar políticas distributivistas. É aí que uma parte significativa da esquerda europeia abandona o “objetivo final socialista”, mesmo no plano retórico, e assume uma posição definitivamente “pró-capital”.

Na primeira equação, formulada por Gerrard Winstanley, a liberdade socialista somente existiria quando houvesse igualdade econômica entre as pessoas e isto só ocorreria quando se eliminasse ou diminuísse o peso da propriedade privada. Mas a partir da mencionada revisão da década de 1950, só haveria aumento da liberdade e da igualdade se houvesse mais empregos e mais recursos fiscais e, portanto, mais crescimento econômico ou desenvolvimento acelerado do capitalismo. E, portanto, em termos estritamente lógicos, o sucesso do capitalismo passou a ser uma condição indispensável do êxito da própria esquerda.

O que se supunha, e legitimava esta grande mudança de posição, era a hipótese de que, a médio prazo pelo menos, as políticas “pró-capital” teriam conseqüências “pró-trabalho” e “pró-igualdade”. Essa talvez tenha sido a mudança teórica e doutrinária que maiores e mais radicais efeitos tenha provocado, em toda a história da esquerda, desde o debate entre “democratas populares” e os “comunistas utópicos” dos exércitos de Cromwell.

Neste novo contexto, as “estatizações” de grandes empresas – comuns na Inglaterra e na França do pós-guerra – perderam importância e só foram recomendadas, nos casos indispensáveis, em nome da “eficiência econômica” e não da criação de um núcleo estratégico estatal, como no caso do “capitalismo de Estado” dos comunistas franceses.

Três décadas depois, iniciava-se mais uma “rodada revisionista”, exatamente no momento em que os socialistas e social-democratas europeus abandonam o keynesianismo, e a própria defesa do Estado de Bem-Estar Social, e adotam as novas teses, reformas e políticas neoliberais inicialmente propostas pelos governos conservadores dos países anglo-saxões. Isto ocorre quase ao mesmo tempo em que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os países da Europa Central viviam a crise final do seu “socialismo real”, de origem revolucionária.

Esta nova “revisão” doutrinária foi menos surpreendente do que as duas anteriores. Afinal, agora tratava-se apenas de seguir a opção dos anos 1950 no sentido de acompanhar e estimular os “caminhos do capital”. Por isto mesmo Tony Blair não teria problemas em declarar, com legítimo orgulho, numa entrevista para o *Financial Times* de janeiro de 1997, que o Partido Trabalhista (*Labor Party*) “havia se transformado num partido *pró-business*”.

Essa nova mudança de rumos se deu de forma quase contínua, a partir de 1980, na Espanha de Felipe Gonzalez e na França de François Mitterand, e também na Itália de Bettino Craxi, e na Grécia de Andreas Papandreu. Na década de 1990, entretanto, os ventos sopravam numa só direção liberalizante e todos já repetiam, como um tópico absolutamente óbvio, o *mantra* da “necessidade das reformas” neoliberais para aumentar a competitividade internacional da Europa. Também neste tempo, uma boa parte da esquerda já não se sentia mais na obrigação de qualificar as reformas ou de discutir quem eram seus principais beneficiários e perdedores, como se elas fossem neutras ou completamente voltadas para o “bem comum”.

Foi neste contexto que nasceu a “terceira via”, uma sistematização inglesa das novas teses, propostas e programas justificados com argumentos muito semelhantes aos de Eduard Bernstein, no final do século XIX. Segundo os trabalhistas ingleses da terceira via, de novo estariam em curso mudanças globais que alteravam a estrutura de classes e a capacidade de ação dos Estados nacionais, exigindo, dessa forma, uma adaptação das idéias e programas de esquerda a este novo mundo globalizado e desproletarizado, como explica Anthony Giddens, no seu livro, *The Third Way*, uma pequena introdução ao novo revisionismo.

Nesta virada neoliberal ocorrida entre os anos de 1980 e 1990, o “caso” espanhol foi o que teve maior repercussão e influência sobre a esquerda latino-americana, transformando-se numa espécie de paradigma do “novo socialismo europeu”. González foi eleito com um programa de governo de tipo keynesiano, em conjunto com um plano negociado de estabilização e de crescimento econômico voltado para o pleno emprego e a equidade social. Mas, logo no início do seu governo, abandonou o programa keynesiano e trocou a “concertação social” – como forma de coordenação de preços e salários – pelo rigor fiscal e o desemprego, exatamente como preconizava o modelo neoliberal.

No final do século XX, entretanto, foi ficando cada vez mais claro que as novas políticas e reformas tinham diminuído a participação dos salários na renda nacional, restringido e condicionado os gastos sociais, diminuído a segurança do trabalhador, promovendo uma concentração/centralização de capital e renda em todos os países europeus. Ficou claro que se tratava de um conjunto de reformas e políticas “pró-capital” que não produziam os mesmos efeitos de médio prazo a favor do trabalho e pleno emprego, como no caso das políticas keynesianas do período 1964-1983.

Não é de estranhar, portanto, que a esquerda européia venha sofrendo sucessivas derrotas eleitorais e revezes políticos ainda mais graves depois de 2001. Apesar de sua enorme diversidade é possível identificar uma certa recorrência em todos estes casos europeus: são partidos e governos socialistas, social-democratas, comunistas ou “verdes”, que isoladamente ou coligados, adotaram a

agenda e as políticas neoliberais, nas décadas de 1980-1990, e, agora, vêm sendo derrotados pelo seu próprio eleitorado histórico.

O mais perturbador, entretanto, é que a esquerda vem sendo derrotada por partidos conservadores de diferentes matizes, mas que defendem as mesmas políticas neoliberais, às vezes de forma ainda mais radical, como no caso recente da democracia cristã alemã, o que reforça a convergência ideológica e perda de identidade, como se a velha esquerda europeia tivesse chegado a um “beco sem saída” neste início do século XXI.

Contudo, quando se olha a sua história numa perspectiva de longo prazo, percebe-se que a esquerda não está vivendo apenas uma crise conjuntural e circunstancial. Ela está vivendo o limite lógico de um projeto que foi nascendo de sucessivas decisões estratégicas e que esgotou completamente sua capacidade de construção de um novo e consistente projeto alternativo.

De “revisão” em “revisão”, os partidos de esquerda europeus abriram mão, em primeiro lugar, da idéia de revolução socialista e, depois, do próprio socialismo como objetivo ou “estado-final” a ser alcançado a longo prazo. Posteriormente, deixaram de lado o projeto de socialização da propriedade privada e, no final do século XX, abriram mão, inclusive, das políticas de crescimento, pleno emprego e proteção social universal que foram suas principais contribuições ao século XX.

3 CAMINHOS E PARADOXOS

Não é impossível identificar algumas tendências e paradoxos na história da esquerda europeia, que devem estar no ponto de partida de qualquer discussão sobre o futuro do socialismo no século XXI e que são também uma lição para a esquerda latino-americana que começa a governar quase um século depois dos europeus:

i) a unidade e a identidade da esquerda europeia foram desmontadas no século XX pelas sucessivas revisões doutrinárias e estratégicas de sua matriz originária, de inspiração marxista. Depois da “desconstrução” do materialismo histórico não surgiu nenhuma outra teoria com a mesma capacidade lógica de definir atores, interesses e estratégias a partir de um diagnóstico conjuntural das tendências críticas do capitalismo. Menos ainda no caso da combinação contemporânea da teoria da “globalização econômica”, da “sociedade em redes” e da “governança progressiva”, uma verdadeira geléia, matéria amorfa do ponto de vista teórico e inconclusa do ponto de vista político.

ii) com a progressiva erosão da unidade teórica e lógica do materialismo histórico, aumentou ainda mais a divisão interna da esquerda. Suas discussões doutrinárias sobre a sua própria identidade, e o seu juízo sobre a “correção” de suas posições e políticas conjunturais, transformaram-se num verdadeiro “jogo de cabra-cega”. Uma polêmica permanente e inconclusa, além de um consenso impossível devido à ausência de qualquer tipo de balizamento ou ponto de referência unânime, sob o aspecto ético ou teórico. A definição das “posições oficiais” dos partidos ou organizações de esquerda tornou-se cada vez mais fechada e autoritária, sendo ainda mais contestada pelos militantes e pela intelectualidade até 1991 e, depois disto, transformando-se definitivamente numa “torre de Babel”.

iii) ao longo do século XX, as sucessivas revisões doutrinárias foram criando um verdadeiro “Frankstein” teórico, transformando-se num remendo de decisões e convicções pragmáticas, cada vez mais contraditórias, que acabaram por tornar-se uma camisa-de-força que aprisiona e paralisa a esquerda do século XXI.

A primeira revisão, do final do século XIX, foi uma opção estratégica de longo prazo, pela “via eleitoral”, com todas as suas conseqüências, do ponto de vista da organização partidária, da competição política e das alianças parlamentares e de governo. Mas, ao mesmo tempo e, sobretudo, significou o abandono do projeto de ruptura revolucionária dos contratos e instituições responsáveis pelo funcionamento desigual do capitalismo e, portanto, a desistência de tocar na propriedade privada.

A segunda revisão, da década de 1950, do ponto de vista de suas conseqüências imediatas, foi uma mera mudança programática. Porém, a longo prazo, representou o abandono definitivo da idéia, do projeto e do objetivo de uma sociedade socialista capaz de substituir e ultrapassar os parâmetros do capitalismo.

De tal maneira, que a terceira revisão neoliberal dos anos 1990, acabou por tornar-se uma conseqüência inevitável das decisões anteriores, em particular a decisão de promover ativamente o desenvolvimento capitalista e de ajustar-se permanentemente às “inovações do capital”.

iv) talvez, por isto mesmo, nunca tenha existido originalidade total nas três grandes experiências de governo da esquerda européia. E ficou cada vez mais difícil definir o que fosse um programa de governo ou uma política econômica de conteúdo originalmente de esquerda. Na verdade, existiu, isto sim, um “diálogo” permanente e uma mútua influência, durante todo o século XX, entre as idéias, projetos e governos conservadores e de esquerda, como no caso da relação entre as idéias social-democratas da Escola Econômica de Estocolmo e as idéias liberais do Lord Keynes. E, ainda, uma relação entre a idéia e a estratégia de planejamento soviético com as experiências concretas de “planejamento de guerra” das economias ocidentais.

Num primeiro momento, no período do “entre-guerras”, a esquerda participou de governos de emergência ou de unidade nacional e praticamente acompanhou ou replicou as políticas dos conservadores. Mas, depois da Segunda Guerra Mundial esta relação foi mais complexa e criativa porque a disputa se deu dentro de um campo comum e de um pensamento hegemônico mais à esquerda, no momento em que também os conservadores defendiam políticas keynesianas de pleno emprego e de proteção social universal. Em alguns casos, como na Alemanha, apoiava-se também a idéia da “pactuação social” entre o capital e o trabalho.

Depois de 1991, e durante todo período áureo da hegemonia neoliberal, os governos de esquerda voltaram a repetir ou apenas replicar, sem nenhuma inventividade, as políticas e reformas preconizadas pelos conservadores.

v) esta relação fica ainda mais visível nos campos da política econômica e das relações internacionais. No campo macroeconômico, os governos de esquerda foram quase sempre conservadores e ortodoxos, como no caso clássico de Rudolf Hilferding ao assumir o Ministério da Fazenda da Alemanha, em 1928. O mesmo no caso do Partido Trabalhista inglês que optou, em 1929,

pela “visão do Tesouro”, contra a opinião liberal de John M. Keynes e David George. Exatamente a mesma opção feita pelo governo social-democrata de Leon Blum, na França, em 1936.

Mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, os social-democratas e os socialistas mantiveram-se ortodoxos e somente se “converteram” às políticas keynesianas na década de 1960.

Assim mesmo, nas crises monetárias de 1966 e 1972, os governos de Harold Wilson e Helmut Schmid voltaram rapidamente ao trilho conservador da ortodoxia monetarista. A experiência sueca da década de 1930 foi uma exceção dentro desta história. Uma verdadeira inovação social-democrata feita na contramão da ortodoxia do seu tempo.

vi) o mesmo pode-se afirmar em relação à política externa dos governos de esquerda europeus do século XX, que nunca foi homogênea nem tampouco inovadora. Como se sabe, sua primeira grande divisão interna começou com a votação dos orçamentos de guerra, em 1914. Na década de 1930, as coalizões de governo com participação socialista ou social-democrata também se dividiram frente à Guerra Civil Espanhola e aos primeiros passos da escalada nazista. E voltaram a se dividir durante a Guerra Fria e também, mais recentemente, na discussão das relações da União Européia com os Estados Unidos e com a Rússia, após o fim da União Soviética. Em todo o século XX, uma das raras iniciativas realmente originais e autônomas da esquerda no campo da política internacional, exceto sua solidariedade genérica com o “Terceiro Mundo”, foi em 1969 com a Ostpolitik do governo social-democrata de Willy Brandt e que viabilizou os acordos de desarmamento, das décadas de 1970 e 1980, iniciando o grande movimento “ao leste” da Alemanha que perdura até os dias atuais.

vii) esta falta de iniciativa ou originalidade – na imensa maioria dos casos – em relação às políticas adotadas pelos conservadores explica o fato de que a esquerda tenha se dividido de forma mais profunda e radical exatamente durante a vigência desses governos. Foi a partir deste ponto que se cristalizou, de forma definitiva e irreversível, a divisão “funcional”, dentro da esquerda, mais precisamente entre: a “crítica intelectual”, a “mobilização social” e a “gestão de governo”.

Esta divisão chegou no limite da ruptura definitiva após a “virada revisionista” dos anos 1950 e durante os governos social-democratas que começam na década de 1960. Este foi o período das grandes revoltas sociais e sindicais que questionaram a estratégia e a organização da “velha esquerda”, criando as bases dos novos movimentos sociais com sua proposta de volta às raízes anárquicas e comunitárias do “socialismo utópico”, além da recusa da política partidária e da participação em governos.

Entretanto, apesar de todas as críticas, divisões e da pouca originalidade experimental da maioria dos governos socialistas e social-democratas da segunda metade do século XX, eles deram uma contribuição absolutamente decisiva ao avanço democrático e igualitário das sociedades européias. Este talvez tenha sido o grande paradoxo de toda esta história da esquerda européia: se suas políticas e iniciativas parciais tiveram sempre uma forte componente conservadora, o conjunto da obra foi criativo e contribuiu decisivamente para o aumento da igualdade econômica e o aprofundamento da democracia na Europa.

viii) por isto mesmo é que após a década de 1960 a esquerda européia transformou-se num fenômeno cada vez mais multifacetado e simultaneamente global. Sua identidade e sua força já não se encontravam mais em nenhuma de suas facções, agrupamentos ou governos nacionais, só existindo do

ponto de vista do conjunto do movimento e de sua inserção mundial. Os governos socialistas e social-democratas eram cada vez mais criticados nacionalmente, mas ainda eram considerados pelos “estrangeiros” como partes constitutivas e importantes - em alguns casos - da esquerda europeia e mundial. Nesse sentido, radicalizando o argumento, pode-se afirmar que estes partidos e governos social-democratas só conseguiam manter sua identidade de esquerda sob a ótica do movimento global. Isto é, enquanto existiram partidos comunistas que não haviam governado e que permaneciam como portadores do “catastrofismo utópico” do socialismo e do marxismo originário. E ainda, pode-se afirmar, enquanto existiram no “Terceiro Mundo” movimentos de libertação nacional vitoriosos em muitas das ex-colônias europeias. E, por fim, o que é mais paradoxal ainda: enquanto existiu a União Soviética, que durante todo este tempo cumpriu o papel de “caso limite”. O único no contexto europeu que levou até às últimas conseqüências as propostas originárias de Gerrard Winstanley e Karl Marx no sentido da abolição da propriedade privada e de estatização da economia, incluindo a cláusula marxista da ditadura do proletariado. De tal maneira que, apesar das críticas generalizadas, continuou sendo, no imaginário coletivo europeu e mundial, baliza e referência para as demais experiências e governos de esquerda.

ix) portanto, parece possível fazer uma leitura complementar das crises atuais dos socialistas, social-democratas, comunistas e partidos verdes europeus. Do ponto de vista estritamente programático e desde a década de 1960, não estiveram em uma situação muito diferente. A mudança mais perceptível é que agora não contam mais com a “parceria oculta” do “socialismo real”, dos históricos partidos comunistas e tampouco dos movimentos de libertação nacional dos países do Terceiro Mundo, que sempre contribuíram para a preservação de sua identidade coletiva de esquerda. Neste sentido, sua falta de identidade atual é também, em grande medida, um subproduto da desmontagem, após 1991, de uma arquitetura “político-ideológica global” extremamente complexa e que foi responsável pela preservação da vitalidade da esquerda internacional entre os anos de 1968 e 1991. Entretanto, não é impossível que esta arquitetura possa ser refeita, lentamente, começando pelas novas experiências de governo em curso na América Latina.

4 O DEBATE E A EXPERIÊNCIA DA ESQUERDA LATINO-AMERICANA

O Plano Ayala, proposto em 1911 pelo líder camponês da Revolução Mexicana, Emiliano Zapata, pode ser considerado o equivalente latino-americano do “comunismo agrário” de Gerrard Winstanley, o líder “democrata popular” da Revolução Inglesa de 1648.

O Plano de Zapata propunha a coletivização da propriedade da terra e sua devolução à comunidade dos índios e camponeses mexicanos. Zapata foi derrotado e morto, mas seu programa agrário foi retomado alguns anos depois pelo presidente Lázaro Cárdenas, um militar que governou o México na década de 1930 e criou o Partido Revolucionário Institucional (PRI).

O governo de Cárdenas foi nacionalista, fez a reforma agrária e estatizou as empresas estrangeiras produtoras de petróleo, criando também os primeiros bancos estatais de desenvolvimento industrial e de comércio exterior da América Latina. Além disto, investiu em infra-estrutura, implementou políticas de industrialização e proteção do mercado interno mexicano, sendo responsável

ainda pela criação da legislação trabalhista e pelo estabelecimento de medidas de proteção social. E, por fim, manteve uma política externa independente e antiimperialista.

Em grandes linhas e com pequenas variações, este programa transformou-se no denominador comum de vários governos latino-americanos “nacional-populares” ou “nacional-desenvolvimentistas”, como no caso da Argentina de Perón, de Vargas no Brasil, de Velasco Ibarra no Equador e de Paz Estenssoro na Bolívia. Nenhum deles foi socialista, comunista ou social-democrata. Porém, suas propostas, políticas e posições internacionais tornaram-se o programa básico de governo apoiado por quase toda a esquerda reformista latino-americana, pelo menos até 1980.

Foi este mesmo programa que inspirou a revolução camponesa boliviana de 1952, o governo democrático de esquerda de Jacobo Arbenz, na Guatemala, entre 1951 e 1954, a primeira fase da revolução cubana, entre 1959 e 1962, o governo militar e reformista do general Velasco Alvarado, no Peru, entre 1968 e 1975, e o próprio governo de Salvador Allende, no Chile, entre 1970 e 1973.

No caso de Cuba, entretanto, a invasão de 1961 e as pressões americanas apressaram uma opção socialista mais radical pela coletivização da terra, a estatização e o planejamento central da economia. Modelo que orientou também as primeiras iniciativas da revolução sandinista na Nicarágua, ocorrida em 1979.

Apesar de sua fragilidade na maioria dos países acima mencionados, os partidos comunistas foram, entre 1920 e 1960, a principal organização e referência doutrinária da esquerda latino-americana. Eram uma espécie de “primos pobres” dos partidos comunistas europeus e asiáticos e nunca tiveram uma estratégia autônoma da Internacional Comunista. Sua criação teórica foi pouco inovadora e, em geral, mantiveram-se dentro dos estreitos limites da teoria leninista e militante do imperialismo, e da teoria da “revolução democrático-burguesa” de Kautski. Foi exatamente esta visão “etapista” do desenvolvimento capitalista e da revolução socialista que permitiu e legitimou a estratégia democrática e a adesão precoce dos comunistas à lógica do projeto desenvolvimentista, que os europeus aceitaram e adotaram a partir de 1950.

Em outras palavras, na América Latina a equação foi exatamente a mesma que se deu na Europa: transição ao socialismo e igualdade = crescimento econômico e desenvolvimento capitalista. Com a diferença que a esquerda latino-americana considerava o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas como caminho de transição para o socialismo. Este sim, o objetivo final.

Esta visão estratégica dos comunistas permitiu também um diálogo fecundo com as idéias convergentes da “economia política” da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), organismo das Nações Unidas criado em 1949 em Santiago do Chile. A Cepal propunha para a América Latina, desde o início da década de 1950, um projeto nacional de industrialização e desenvolvimento, liderado pelo Estado, mas com apoio do capital privado estrangeiro. E defendia, simultaneamente, a necessidade do planejamento estratégico de longo prazo, dos investimentos em infra-estrutura e das políticas de apoio à industrialização. Uma versão mais elaborada tecnicamente em relação ao “modelo mexicano”, apesar de não ter o seu mesmo teor antiimperialista.

Esta relação intelectual e política dos comunistas com o “nacional-desenvolvimentismo” existiu em quase todos os países da região, mas é no Brasil e no Chile que ela assumiu um caráter mais original, fecundo e duradouro.

No Brasil esta relação ficou marcada desde o início por dois acontecimentos fundamentais, ambos ocorridos na década de 1930. O primeiro foi o desaparecimento precoce da Aliança Nacional Libertadora (ANL) – uma espécie de embrião das Frentes Populares espanhola, francesa e chilena – que foi dissolvida depois do fracasso de uma rebelião militar comunista em 1935. E o segundo foi o golpe de Estado de 1937, que deu origem ao regime ditatorial do Estado Novo e transferiu para os conservadores brasileiros a liderança do projeto de industrialização desenvolvimentista, e das primeiras políticas sociais e trabalhistas de corte urbano.

Talvez por isto mesmo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) só tenha abandonado sua estratégia revolucionária da “Frente Democrática de Libertação Nacional” na década de 1950, quando então aderiu ao reformismo democrático e à estratégia da “revolução democrático-burguesa”, que já havia sido adotada por quase todos os partidos comunistas do continente. Foi neste momento que os comunistas brasileiros começaram sua aproximação “programática” do “desenvolvimentismo conservador” de Getúlio Vargas.

Mais à frente, no início da década de 1960, esta vertente de esquerda defensora do desenvolvimentismo propôs um programa de reformas que acelerasse a democratização da terra, da riqueza, do sistema educacional e do sistema político. Este programa foi sintetizado parcialmente no Plano Econômico Trienal, formulado pelo economista Celso Furtado em 1963, e abortado pelo golpe militar de 1964.

Entretanto, antes de 1964 e do surgimento da “esquerda armada”, a aliança e o programa “nacional-desenvolvimentista” apoiados pelo PCB foram objeto de uma crítica teórica sistemática por parte de um grupo de intelectuais marxistas da Universidade de São Paulo. Contudo, esta crítica não produziu imediatamente qualquer tipo de programa alternativo ao desenvolvimentismo. E, para complicar ainda mais o quadro, o regime militar instalado em 1964, apesar do seu radicalismo anticomunista e de sua primeira opção liberal, acabou adotando na década de 1970 uma estratégia nacional-desenvolvimentista, o que aumentou ainda mais o embaraço da esquerda defensora do desenvolvimentismo. Possivelmente por essas razões, quando a esquerda brasileira volta à cena política democrática na década de 1980, a maior parte de sua militância jovem tinha um forte viés antiestatal, antinacionalista e antidesenvolvimentista. Apenas um grupo minoritário de intelectuais propôs naquele momento uma nova versão do desenvolvimentismo, numa espécie de combinação do “capitalismo organizado de Estado”, inspirado na esquerda francesa, com o projeto de “Estado de Bem-Estar Social” defendido pela social-democracia européia. Mas a grande maioria dos novos militantes, movimentos e partidos de esquerda tomaram outro rumo. Uma parte importante foi para os movimentos sociais e as “comunidades de base”, que retomaram a trilha do socialismo utópico e com uma crítica radical à esquerda tradicional e à sua opção estatista.

Outra parte da esquerda brasileira tomou o caminho da social-democracia, mantendo-se no campo da luta política tradicional pelo poder do Estado e propondo o abandono das políticas

desenvolvimentistas e a implementação imediata das reformas e políticas neoliberais. Este projeto materializou-se na criação do Partido Social-Democrata Brasileiro (PSDB), criado no final dos anos 1980, e liderado por alguns intelectuais marxistas que haviam participado, na década de 1960, do movimento de crítica ao nacional-desenvolvimentismo. Suas idéias influenciaram também uma boa parte da intelectualidade mais jovem do Partido dos Trabalhadores (PT), que também nasceu na década de 1980, liderado por um grupo de sindicalistas de São Paulo.

No Chile esta relação entre a esquerda e o desenvolvimentismo foi diferente e ocupou um lugar único na história latino-americana. Na década de 1930, os socialistas e comunistas chilenos formaram uma Frente Popular com o Partido Radical, que ganhou as eleições presidenciais de 1938, tendo sido reeleita três vezes antes de ser desfeita em 1947 pela pressão americana, exatamente no início da Guerra Fria. Os governos da Frente Popular chilena seguiram basicamente o mesmo programa mexicano, sobretudo no planejamento e financiamento das políticas de industrialização, proteção do mercado interno e de construção de infra-estrutura, além da implantação da legislação trabalhista e dos programas de universalização da educação e da saúde pública.

Em 1970 esta coalizão política renasceu no Chile com o nome de Unidade Popular, sob a hegemonia dos socialistas e comunistas, e com uma nova proposta de “transição democrática para o socialismo”. Na prática, entretanto, o programa de governo de Salvador Allende radicalizou o “modelo mexicano” na direção do “capitalismo de Estado”, concebido pelos comunistas franceses.

Allende acelerou a reforma agrária e a nacionalização das empresas estrangeiras produtoras de cobre, mas, ao mesmo tempo, propôs-se criar um “núcleo industrial estratégico”, de propriedade estatal, que deveria ter sido o embrião de uma futura economia socialista. Este foi, aliás, o pomo de discórdia que dividiu a esquerda durante todo o governo da Unidade Popular, chegando até o ponto da ruptura definitiva entre os que queriam limitar as estatizações industriais aos setores estratégicos da economia e os que queriam estendê-las a outras áreas. Deste embate originou-se uma proposta de novo “modo de produção” sob controle estatal.

A “transição democrática para o socialismo” de Salvador Allende foi interrompida pela intervenção americana e pelo golpe militar liderado pelo general Augusto Pinochet. A partir daí o debate da esquerda chilena sobre o “capitalismo organizado de Estado” como forma de transição para o socialismo ficou inconcluso.

Em 1989, porém, o Partido Socialista do Chile voltou ao governo, agora aliado aos democrata-cristãos. Neste momento, contudo, já havia mudado sua posição e incorporado as novas teses e políticas neoliberais dominantes entre os socialistas e social-democratas europeus. Seu objetivo já não era mais “transitar” para o socialismo, mas administrar com eficiência o capitalismo e um conjunto de políticas sociais “focalizadas”, segundo os cânones do modelo neoliberal.

Em maio de 1995, o *Financial Times* saudou esta conversão das elites intelectuais, políticas e econômicas latino-americanas – em particular as de esquerda – ao novo consenso que se difundia pelo mundo, desde a década anterior. A verdade, entretanto, é que o Chile do General Pinochet, havia sido – depois de 1973 – o primeiro laboratório mundial de experimentação do novo modelo econômico, que

Paul Samuelson chamou de “fascismo de mercado”. Mas não há dúvida que foi na segunda metade dos anos 1980, e durante a década de 1990, que se generalizaram no continente as novas políticas preconizadas pelo “Consenso de Washington”, e induzidas pela renegociação das dívidas externas dos principais países da região. Um programa ortodoxo de estabilização monetária, acompanhado por um pacote de reformas *estruturais* ou institucionais voltadas para a abertura, desregulação e privatização das economias nacionais da região.

No caso do México a mudança neoliberal ocorreu na década de 1980, liderada pelo PRI, o partido criado por Lázaro Cardenas, o “pai” do nacional-desenvolvimentismo na versão latino-americana. No caso da Argentina a mudança se deu no início dos anos 1990, liderada pelos peronistas de Carlos Menem. No caso do Chile foram os próprios socialistas que, aliados aos democrata-cristãos, assumiram o governo em 1988, mantendo em suas grandes linhas a política de corte liberal que vinha sendo aplicada desde o período militar. Por fim, no caso brasileiro, a desmontagem do desenvolvimentismo foi liderada por uma coalizão de centro-direita, liderada pelos social-democratas do PSDB.

Em todos estes casos, as novas políticas foram justificadas com os mesmos argumentos utilizados pela social-democracia europeia: a globalização era um fato novo, promissor e irrecusável, que impunha uma política de abertura e interdependência irrestrita como único caminho de defesa dos interesses nacionais, num mundo onde já não existiam mais as fronteiras nacionais e, portanto, onde não se justificavam ideologias ou políticas nacionalistas.

A notória diferença nestes casos é que, na Europa, a esquerda neoliberal governou sociedades ricas e homogêneas – apesar do desemprego – e que já possuíam excelentes redes de proteção social quando do início do processo de desregulação e/ou privatização de suas economias e de parte de seus sistemas de proteção social. Ao contrário da América Latina, onde as mesmas políticas foram aplicadas em sociedades extremamente heterogêneas e desiguais, com gigantescos bolsões de miséria e com redes de proteção social muito limitadas.

De qualquer maneira, no fim da década de 1990, pode-se afirmar que a esquerda latino-americana também havia feito uma volta de 180° graus com relação ao seu projeto originário que propunha a reforma agrária e políticas estatais de infra-estrutura e industrialização, substituídas pelas políticas de desregulação, privatização e abertura dos mercados. No campo teórico, também na América Latina, uma boa parte da esquerda substituiu o conceito de “sociedade de classes” pelo de “sociedade em redes”, e trocou a crítica ao imperialismo pela defesa do “desenvolvimento associado”.

Depois de uma década de experimentação neoliberal o balanço global é negativo, e em alguns casos, como na Argentina, os efeitos foram catastróficos. Em quase todos os países os resultados foram os mesmos, apontando na direção do baixo crescimento econômico e do aprofundamento das desigualdades sociais. A frustração das expectativas criadas nos anos 1990 pela utopia da globalização e pelas novas políticas neoliberais contribuiu para a multiplicação e o fortalecimento dos movimentos sociais antiestatizantes, que se recusam cada vez mais à tarefa de governar. Ao mesmo tempo em que também contribuiu para as vitórias eleitorais de líderes que se propõem a governar e inovar a

esquerda latino-americana. Apesar disto, é cedo ainda para ver com nitidez o que será este novo caminho “pós-neoliberal”.

5 OS PROJETOS E A FRONTEIRA TEÓRICA

Na América Latina a teoria da “revolução democrático-burguesa” perdeu credibilidade histórica a partir da década de 1960, e as “teorias da dependência” nunca “decantaram” uma estratégia política e democrática consensual. Em alguns casos, inclusive, atuaram como “guarda-chuva” teórico da luta armada. Por isso, quando da crise de 1991 e da presença da hegemonia neoliberal, a esquerda latino-americana estava desguarnecida, sendo presa fácil das novas idéias.

Hoje, pode-se afirmar que existe um denominador comum entre as posições da “esquerda neoliberal” e da chamada “esquerda pós-moderna”: o conformismo com os desígnios da globalização. Os argumentos são diferentes, mas os dois interpretam a “mundialização” capitalista de maneira análoga. Isto é, como um produto necessário e incontornável da expansão dos mercados, ou do “capital em geral”, se recusando a entender ou a incorporar no seu cálculo político o papel do poder das grandes potências – sobretudo da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos – na abertura das fronteiras econômicas e na aceleração da globalização financeira no final dos séculos XIX e XX.

Uma leitura dos fatos que poderia ser apenas um ponto de vista teórico, se não escondesse um passe de mágica muito mais complicado. Ao eliminar o papel do poder político no processo de globalização econômica, esta visão líbero-marxista da história despolitiza as mudanças recentes do capitalismo, transformando muitas das questões que existem a partir de decisões ou imposições políticas das grandes potências, num imperativo inapelável dos mercados. Como conseqüência, todos os atos de submissão política dos governos periféricos passam a ser considerados uma manifestação de realismo e sensatez com relação aos desígnios dos mercados ou do capital.

Assim, todos os atos de resistência dos povos menos favorecidos transformam-se, automaticamente, em sinais de irresponsabilidade e “populismo econômico”. Esta foi e continua sendo a posição da “esquerda neoliberal”, hegemônica na década de 1990, e que ainda ocupa uma posição importante nos debates acadêmicos e políticos da América Latina, apesar dos resultados medíocres e, até mesmo em muitos casos, catastróficos, das políticas liberais na América Latina.

Entretanto, esta mesma posição reaparece – com outra roupagem e novos argumentos – dentro dos movimentos sociais e das “organizações não-governamentais” que se multiplicaram a partir da década de 1980. E circula entre vários intelectuais que criticam a “globalização neoliberal” e propõem uma “democracia cosmopolita” – como é o caso, por exemplo, do sociólogo americano Immanuel Wallerstein e do filósofo italiano Antonio Negri – mas de fato também consideram que a globalização eliminou as fronteiras econômicas e o poder dos Estados nacionais. Neste sentido, repetem quase as mesmas teses e argumentos utilizados em 1908 por Rosa de Luxemburgo, a propósito da irrelevância das lutas políticas nacionais para os movimentos de esquerda.

Rosa de Luxemburgo falava de um “Estado supranacional” na era imperialista e Antonio Negri fala de um “império pós-nacional” na era da globalização. Negri ainda vai mais longe e

considera que “a construção do Império é um passo a frente para se desembaraçar de toda nostalgia com relação às velhas estruturas de poder que o precederam, e para recusar toda estratégia política que implique no retorno aos velhos dispositivos de poder, como seria o caso dos que se propõem ressuscitar o Estado-Nação para se proteger contra o capital mundial” (Hardt; Negri, 2000, p. 73).

O argumento de Wallerstein é diferente. Ele supõe que esteja em curso uma crise terminal do “sistema mundial moderno” e uma “transição” para um novo mundo ou “universo” pós-moderno, cujo início ele prevê para 2050. Como conseqüência, para quem quiser “influir de maneira efetiva nesta transição geral do sistema mundial, para que ela avance em certa direção e não em outra, o Estado não é o principal veículo de ação. Na verdade, ele é um grande obstáculo. Por isso, o objetivo não deve ser mais a tomada do poder estatal, mas assegurar a criação de um novo sistema histórico, agindo ao mesmo tempo no nível local e global” (Wallerstein, 1995, p. 6-7). Em síntese, os argumentos variam, mas a conclusão é uma só: todos consideram inútil a luta política da esquerda pelo controle do poder dos Estados nacionais.

Do ponto de vista estritamente político e programático, esta proposta antiestatal e de recusa do governo se enfrenta com a mesma dificuldade de todos os “internacionalismos” anteriores. Ela reúne um número muito grande e heterogêneo de reivindicações que só podem avançar quando são confrontadas com algum poder capaz de resistir a elas ou de atendê-las. E este poder continua organizado de forma territorial e nacional. Os Estados ainda não desapareceram, pelo contrário, continuam se multiplicando.

Como sustentar a tese de que globalização está acabando com os Estados nacionais se, na contramão desta tese, observa-se que ela tem sido uma grande multiplicadora dos próprios Estados. No início do século XX, por exemplo, os Estados nacionais não passavam de trinta ou quarenta e hoje são cerca de 190, gerados na forma de três grandes ondas. A primeira, logo depois da Primeira Guerra Mundial, quando se dissolvem os impérios austro-húngaro e otomano. A segunda, depois da Segunda Guerra Mundial, quando se dissolvem os impérios europeus na Ásia e na África e, finalmente, a terceira, quando se desintegra o espaço territorial do velho império russo, logo após o fim da União Soviética.

Neste sentido, se os Estados nacionais originários nasceram na Europa do século XVI, e não eram mais do que sete ou oito, foi no século XX que eles se transformaram num fenômeno universal ou global. Fica difícil, portanto, a partir desta constatação, anunciar a “morte dos Estados” e, sobretudo, no exato momento em que eles se multiplicam e intensificam a sua competição, particularmente se tivermos em conta que a maioria dos quase duzentos Estados nacionais existentes nasceram durante o período áureo da globalização, ou seja, na segunda metade do século XX (Fiori, 1997, p. 133).

Talvez por isto mesmo, apesar da retórica globalista, a luta pela democratização das sociedades capitalistas e pela conquista da cidadania continue se dando no espaço de poder dos Estados nacionais. Ou seja, existem “causas” e reivindicações que são internacionalistas, mas as lutas e conquistas fundamentais ainda são travadas território por território, Estado por Estado, onde os pobres e “excluídos” da terra são “estocados” e onde se geram e acumulam os recursos capazes de alterar a distribuição desigual da riqueza e do poder entre os grupos sociais. Além disto, não há

indícios de que a globalização econômica e as novas tecnologias de comunicação consigam por si só viabilizar algum tipo de “democracia cosmopolita”. Esta me parece uma hipótese muito longínqua e improvável, uma verdadeira utopia ou crença metafísica.

Por fim, a globalização não alterou certas condições e contradições básicas do capitalismo e, por isso mesmo, no plano retórico pode-se até falar de uma “globalização solidária”, porque é uma forma de protestar. Contudo, é impossível pensar numa globalização capitalista que seja “fraterna” porque, afinal, a “globalização” é apenas um novo nome de uma tendência secular do desenvolvimento desigual do capitalismo, da mesma forma que a polarização da riqueza entre as nações e as classes sociais.

Ainda sob o ponto de vista do argumento e da proposta econômica da “esquerda globalista”, deve-se reconhecer que existem muitos Estados e economias nacionais que não têm soberania real e que enfrentam enormes dificuldades de levar à frente o seu desenvolvimento econômico. Mas, ao mesmo tempo, existem outros países que, devido às suas dimensões, não têm outro caminho senão lutar pelo seu próprio desenvolvimento. E, nestes casos, a pergunta que fica é sobre o que pode propor este novo socialismo utópico e esta esquerda globalista, no caso destas economias e Estados nacionais que não tendem e nem podem desaparecer?

E a simples multiplicação de experiências econômicas locais de tipo solidário ou do “terceiro setor” não acabaria se transformando num projeto permanente de criação de “ilhas de felicidade solidária”, numa espécie de “micro-tribos” ou seitas urbanas e rurais à espera do fim do capitalismo?

Às vezes parece que algumas idéias e polêmicas ficam congeladas e esquecidas por longos períodos, reaparecendo de tempos em tempos de maneira quase idêntica, deixando claro que o problema persiste e não foi resolvido teoricamente. Como no caso desta discussão sobre os processos históricos de globalização do poder e do capital e de suas relações com as lutas políticas nacionais dos povos.

A Internacional Socialista em 1896, e a social-democracia russa em 1903, por exemplo, foram pioneiros na inclusão em seus programas do direito universal à autodeterminação das nações. Mas, ao mesmo tempo, Rosa de Luxemburgo, Karl Rádek, Joseph Strasser e vários outros membros da chamada “oposição de esquerda”, minoritária dentro da Internacional, negaram-se a reconhecer este direito ou mesmo a participar da luta pela autonomia das nações que, segundo eles, se encontrava na contramão do movimento geral do capitalismo e do internacionalismo proletário. Eles também achavam – no início do século XX – que o “tempo” dos movimentos nacionais havia terminado e que os povos oprimidos não tinham mais soluções econômicas e políticas nacionais.

Portanto, este é um conflito que tem raízes teóricas antigas, sendo que no caso dos marxistas talvez remonte ao próprio Marx e sua teoria da acumulação do capital e da globalização do “modo de produção burguês”, onde não aparece o poder político e os Estados nacionais que viriam a ser o tema central da teoria “marxista” do imperialismo. Mas, assim mesmo, a ambigüidade se mantém na teoria do “capital financeiro” e da “economia mundial” de Rudolf Hilferding e Nicolai Bukarin. Ambos falam de uma tendência do desenvolvimento capitalista que aponta na direção do “império global” do

capital financeiro, ao mesmo tempo em que reconhecem o papel decisivo do poder político e dos Estados Nacionais para o sucesso “global” dos seus capitais financeiros (Fiori, 1997, p.141-142).

Depois deste, surgiu o debate do marxismo “austríaco” sobre a importância da “questão nacional” e, mais à frente, a defesa soviética dos movimentos de “libertação nacional” na Ásia e na África. Contudo, a questão teórica e histórica fundamental permaneceu sem uma resposta definitiva.

Assim, não é de se estranhar que o tema das relações entre a luta política da esquerda em relação aos Estados Nacionais, aos impérios e à globalização do capitalismo tenha reaparecido com tamanha intensidade depois da grande derrocada de 1991, anteriormente mencionada. Mais do que isto, do nosso ponto de vista, esta é a verdadeira fronteira teórica que divide hoje a esquerda internacional. Dessa forma, impõe-se uma retomada histórica e teórica do problema como condição para o desbloqueio dos caminhos futuros.

Charles Tilly, sociólogo americano que fez longa pesquisa sobre a formação dos Estados europeus, fornece uma pista histórica importante para repensar a origem e a ambigüidade permanente destas relações entre o capitalismo e o sistema interestatal. No final de sua pesquisa, Tilly conclui que “no momento em que os impérios estavam se desfazendo dentro da Europa, os principais Estados europeus criavam impérios fora da Europa: nas Américas, na África, na Ásia e no Pacífico. A construção destes novos impérios externos teria propiciado alguns dos meios e parte do ímpeto de moldar, dentro do continente, Estados Nacionais relativamente poderosos, centralizados e homogêneos, enquanto as potências européias passavam a lutar entre si nessas zonas imperiais” (Tilly, 1996, p. 244).

Este fato histórico permite falar da existência de um verdadeiro paradoxo na origem do sistema estatal: “ao nascerem, seus primeiros Estados se expandiram imediatamente para fora de seus próprios territórios transformando-se em seres híbridos, uma espécie de ‘minotauros’, meio Estado, meio império. Enquanto lutavam para impor seu poder e sua soberania interna, já estavam se expandindo para fora dos seus territórios e construindo seus domínios coloniais”. E, nesse sentido, pode-se afirmar que o “império foi uma dimensão essencial destes primeiros Estados Nacionais europeus” que se transformaram no “núcleo central” competitivo do sistema estatal europeu, o núcleo dos “Estados-impérios ou das grandes potências” (Fiori, 2004, p. 38).

Ao pesquisar este mesmo processo de formação, Max Weber identificou um tipo de relacionamento indissolúvel entre esta competição política dos Estados e o processo simultâneo de acumulação do capital: “os Estados Nacionais concorrentes viviam numa situação de luta perpétua pelo poder, na paz ou na guerra, mas essa luta competitiva criou as mais amplas oportunidades para o moderno capitalismo ocidental... [neste sentido] foi o Estado Nacional bem delimitado que proporcionou ao capitalismo sua oportunidade de desenvolvimento...” (Weber, 1961, p. 249).

Os ganhadores desta competição foram sempre os que conseguiram chegar mais longe e garantir o controle de “territórios políticos e econômicos” supranacionais mais amplos do que o de seus concorrentes, seja na forma de colônias, domínios ou de periferias independentes. E, neste sentido, pode-se entender melhor por que a “expansão e a universalização do sistema capitalista não

foi uma obra apenas, foi e será sempre o resultado da competição entre ‘Estados/economias nacionais’ que conseguem impor a sua moeda, a sua ‘dívida pública’, o seu ‘sistema de crédito’ e o seu sistema de ‘tributação’, como lastro monetário do seu capital financeiro dentro destes territórios econômicos supranacionais em expansão contínua” (Fiori, 2004, p. 46).

Em resumo, o sistema político e econômico mundial não é o produto de uma somatória simples e progressiva de territórios, mercados, países e regiões. Do ponto de vista histórico, o sistema mundial foi uma criação do poder expansivo e conquistador de alguns Estados e economias nacionais européias, que se constituíram e se transformaram, durante o século XVII, no pequeno grupo das grandes potências.

Até o século XIX o sistema político mundial se restringia quase que exclusivamente aos Estados europeus, aos quais se agregaram, durante o século XIX, os novos Estados independentes americanos. Mas é somente na primeira metade do século XX que o sistema incorporou ao seu núcleo central duas potências “expansivas” e extra-européias, os Estados Unidos e o Japão, um pouco antes que se generalizasse, na segunda metade do século XX, o Estado Nacional como a forma dominante de organização do poder político territorial através do mundo.

Além disso, o sistema mundial não existiria na sua forma atual caso não tivesse ocorrido na Europa o casamento entre os Estados e as economias nacionais. E a partir deste momento, o que se chama muitas vezes de globalização, é o processo e o resultado de uma competição secular entre estes Estados e economias nacionais.

A hierarquia, a competição e a guerra, dentro do núcleo central do Sistema Mundial, marcaram o ritmo e a tendência do conjunto na direção de um império ou Estado universal e de uma economia global. Este movimento, contudo, não tem nada a ver com o avanço de uma espécie de “razão hegeliana” de natureza global e convergente. Pelo contrário, é um movimento que avança sempre liderado por algum Estado e economia nacional em particular. E por isto mesmo nunca se completa, porque acaba encontrando a resistência das demais “vocações imperiais” do sistema. Os ganhadores transitórios desta competição foram sempre os que conseguiram chegar mais longe e garantir de forma mais permanente o controle de “territórios políticos e econômicos” supranacionais, mantidos na forma de colônias, domínios ou de periferias independentes, mas pouco soberanas. Apenas duas das grandes potências lograram impor o seu poder e expandir as fronteiras de suas economias nacionais até quase o limite da constituição de um império mundial: a Inglaterra e os Estados Unidos. Esse processo representou um passo gigantesco depois da generalização do padrão-ouro e da desregulação financeira promovida pela Inglaterra na década de 1870. E deu outro passo maior ainda depois da generalização do padrão “dólar-flexível” e da desregulação financeira promovida pelos Estados Unidos a partir da década de 1970 (Fiori, 2005).

Em 1944, Karl Polanyi formulou uma tese original e provocadora a respeito desta contradição do sistema mundial e do seu impacto dentro das sociedades nacionais. Polanyi identifica um “duplo movimento” na história do capitalismo, provocado pela ação de dois princípios universais do sistema. Um seria o “princípio do liberalismo” econômico que move a globalização ou universalização permanente dos mercados auto-regulados. E, o outro, seria o princípio da “autoproteção social” que

aparece como uma reação defensiva e nacional das “substâncias sociais ameaçadas pelos mercados” (Polanyi [1944], 1980, p. 164).

Muitos interpretam o “duplo movimento” apontado por Polanyi como se fosse uma seqüência no tempo ou como se tratasse de um movimento pendular ao longo da história. Entretanto, acreditamos tratar-se de uma relação dialética entre o nacional e o internacional, o econômico e o político, entre o curto prazo das lutas sociais e o longo prazo das grandes transformações mundiais (Fiori, 1999, p. 63).

As resistências que acabam paralisando e corrigindo a expansão entrópica dos mercados auto-regulados nascem de dentro da própria expansão mercantil, manifestam-se nos interstícios do mundo liberal e se fortalecem com a destruição que os mercados desregulados produzem a longo prazo, no mundo do trabalho, na estrutura da terra, nas finanças e na própria capacidade produtiva das nações.

Segundo Polanyi, seria este o processo que ocorreu na Europa entre os séculos XIX e XX, quando nasce e se expande um movimento simultâneo de defesa nacional e social contra o “moinho satânico” dos mercados desregulados. O movimento que está na origem macro-histórica dos grandes progressos democráticos, sociais e políticos do pós Segunda Guerra Mundial.

Polanyi não previu o retorno, no final do século XX, do “princípio do liberalismo” e da crença cega nos mercados auto-regulados. Sob meu ponto vista, entretanto, não é impossível que a América Latina esteja vivendo o início de uma nova etapa de convergência entre as lutas nacionais e sociais dos povos menos favorecidos. A euforia liberal arrefeceu depois de 2000 e a guerra e o “poder das armas” voltaram ao epicentro do Sistema Mundial, ao mesmo tempo em que se multiplicam as novas formas de protecionismo das grandes potências econômicas.

Mas à sombra imediata do poder global dos Estados Unidos pode estar se abrindo um novo espaço e uma grande oportunidade para uma convergência “virtuosa” entre a ação “autoprotetora”, nacional ou regional, dos novos governos de esquerda latino-americanos, e a ação reivindicativa e mobilizadora dos movimentos sociais e partidos de esquerda que lutam na região contra a desigualdade e a polarização da riqueza e da propriedade privada. Pelo menos, esta é a esperança que circula nas “veias abertas” deste continente neste início do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P.; CAMILER, P. *Mapping the West European left*. London: Verso, 1994.

BUKHARIN, N. [1917]. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CASTANHEDA, J. G. *Utopia desarmada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). *Poder e dinheiro*. Uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 87-147.

_____. Estados, moedas e desenvolvimento. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 49-85.

- FIORI, J. L. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, J. L (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 11-64.
- _____. Sobre o poder global. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 73, p. 61-72, nov. 2005.
- GIDDENS, A. *A terceira via*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- HILFERDING, R. [1910]. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBBSBAWM, E. *The age of extremes*. London: Michael Jopseph, 1994.
- MILIBAND, D. *Reinventing left*. Polity Press, London, 1994.
- POLANYI, K. [1944]. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- SADER, E. (Org.). *O mundo depois da queda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SASSOON, D. *One hundred years of socialism*. London: Fontana Press, 1996.
- TILLY, C. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.
- WALLERSTEIN, I. *After liberalism*. New York: The New Press, 1995.
- WEBER, M. *General economic history*. New York/London: Collier, 1961.